

## LIGHT 2011

# Proposta inaceitável

A sétima rodada de negociação não aconteceu, porque a empresa simplesmente manteve as mesmas propostas apresentadas na reunião do dia 13 de maio, mostrando o não reconhecimento quanto ao empenho de cada trabalhador na obtenção do resultado operacional na casa de R\$ 1 bilhão e meio em 2010 ao propor apenas um reajuste salarial de 1,8%, um abono de R\$ 150,00 e um aumento de R\$ 0,32 para o tíquete.

A direção do Sindicato quer uma negociação rápida e objetiva, esperamos que a empresa interaja com a mesma determinação evitando a tensão entre os trabalhadores, que vêm o poder de compra de seus salários consumidos, enquanto suas contas (alimen-

tação, vestuário, educação e moradia) aumentam.

Diante desse quadro, a Assembléia de hoje é importante porque serão discutidos os encaminhamentos que serão dados para a Campanha Salarial.

O trabalhador sempre vestiu a camisa da empresa, por isso exige uma proposta que represente o tamanho do empenho, da dedicação demonstrada nesse período.

Os sindicatos continuam reivindicando a valorização do quadro funcional da Light buscando proposta que vá de encontro ao anseio dos trabalhadores.

Veja a diferença entre o que queremos e o que a empresa está oferecendo:

### O que nós queremos

Reposição plena do período

Ganho Real

Abono

PCCS

Aumento real do tíquete refeição

Garantia da data-base

### O que a empresa oferece

Repisição de 1,8%

Zero de ganho real

R\$ 150,00

Uma Família de Cargos não explicada

R\$ 0,32 somente para os dias trabalhados

**Resultado operaciona da empresa em 2010 = aproximadamente R\$ 1bilhão e 500 milhões**

Somente com mobilização e unidade as trabalhadoras e os trabalhadores da Light podem demonstrar à empresa todo seu descontentamento com a proposta apresentada.

Todos à Assembléia!

# Assembléia

**Dia 17 de maio de 2011, às 18 horas**

**No auditório do Sintergia**

**Av. Marechal Floriano, 199/7º andar**

# CUT defende criação de cadastro nacional de práticas antissindicais

Em intervenção na abertura do encontro com secretários gerais e representantes da CUT nos conselhos regionais, na manhã desta segunda-feira (16), o presidente da Central, Artur Henrique, afirmou que a defesa do trabalho decente norteará as ações do movimento sindical no próximo período.

Durante o evento que busca articular e estabelecer estratégias para a ação dos conselheiros e prosseguir até terça na capital paulista (17), Artur destacou que o primeiro passo é levar a visão dos trabalhadores à 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, que ocorre em maio de 2012, em Brasília.

“Se não estivermos envolvidos nessa discussão, a bancada ruralista vai tomar o debate e discutir apenas trabalho escravo e infantil. Claro que essa questão também nos preocupa, mas nosso conceito inclui também a organização no local de trabalho, redução da jornada e igualdade de oportunidades, pautas que devem estar articuladas nessa primeira conferência do mundo do trabalho”, aponta.

**Contrapartidas sociais e fiscalização** – Segundo o dirigente, a CUT precisa afinar o discurso para que todos seus representantes nos conselhos nacionais defendam contrapartidas sociais a quem pleiteia recursos vindos de órgãos como o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). “Essa contrapartida não deve vir apenas em forma de ampliação da geração de empregos, mas da criação de vagas que levem em conta critérios como o emprego decente, o respeito ao meio-ambiente e à organização no local de trabalho.”

Em relação a esse último aspecto, o presidente cutista acredita que é necessária a articulação com os ramos para estabelecer um cadastro que aponte quais empresas mantêm práticas antissindicais. Estar fora dessa “lista suja” seria uma das exigências para conseguir a liberação do crédito.

O mesmo critério vale para os conselheiros que participam de fundos de pensão de funcionários de estatais como Previ (Banco do Brasil) e Petros. “Queremos exercer outro papel social além de garantir maior retorno às aposentadorias. Não se trata de

fazer assistencialismo utilizando os fundos de pensão, mas de definir como os recursos são investidos, se em empresas que possuem responsabilidade social e ambiental, com respeito aos trabalhadores”, ressalta, acrescentando que o processo de democratização exige do governo oferecer condições como o acesso à informação e infraestrutura para que os conselheiros possam participar das reuniões convocadas.

**Ampliar a democracia, aprofundar a representatividade**

Ao citar os representantes da CUT que integram o conselho do chamado sistema “S”, Artur indicou a urgência de discutir o conteúdo ministrado. “Ao contrário de outras entidades, que quando se fala em sistema “S” já pensam em gerir projeto para enfiar R\$ 300, R\$ 400, R\$ 500 milhões no bolso, nós queremos é tratar do conteúdo. E também debater com os representantes dos empresários se os cursos propostos dialogam com a vocação regional, questionar porque o custo-aluno é tão maior do que nas universidades federais.”

Além de mencionar a necessidade de aumentar a inclusão dos trabalhadores na discussão sobre o PPA (Plano Plurianual), que define as diretrizes a serem seguidas pelo governo federal nos próximos quatro anos, ele também criticou o formato da câmara criada recentemente pela presidenta Dilma Rousseff para discutir o setor público. “Participam os ministros da Casa Civil, Fazenda, Planejamento e Desenvolvimento, Indústria e Comércio e os empresários Jorge Gerdau, Abílio Diniz, Antônio Maciel Neto e o Henri Reichstul, presidente da Petrobrás durante a gestão de FHC e que queria vender a empresa. Não há nenhum servidor público ou especialista em serviço público. Sabemos o que esses empresários querem tratar: eficiência, que na linguagem deles significa redução de gastos.”

Por fim, o dirigente definiu qual papel a Central deve exercer para que as mudanças ocorram. “Devemos garantir que a CUT não seja apenas das capitais e grandes cidades. Nossa missão fundamental é investir nos sindicatos de base e nas estaduais para discutir o fortalecimento da democracia”, afirmou.

**Escrito por: Luiz Carvalho**